

Esta e centenas de outras provas estão disponíveis para
download em

www.acheiconcursos.com.br

Confira também nossas **AULAS**, **APOSTILAS** e **SIMULADOS**
específicos para o concurso público de sua preferência

**Polícia Federal, Receita Federal, INSS, IBAMA, Ministérios Públicos, Tribunais de
Justiça, Saúde, Prefeituras Municipais e muitos outros concursos têm um material de
estudo já todo pronto para você aqui.**

Visite-nos e coloque nosso site em seus FAVORITOS.

COMÉRCIO INTERNACIONAL

01- O imposto de importação tem como elementos que o caracterizam, na essência:

- a) o lançamento por declaração; o valor da fatura como base de cálculo; tem por finalidade o incremento da arrecadação federal.
- b) alíquota *ad valorem*; lançamento misto; o preço normal da mercadoria no comércio internacional como base de cálculo.
- c) incidência inclusive sobre as mercadorias objeto de contrabando; a base de cálculo, para as mercadorias vendidas em leilão, é o valor da arrematação; lançamento de ofício.
- d) as alíquotas previstas em acordos internacionais sempre prevalecem sobre as alíquotas da Tarifa Externa Comum; é contribuinte, além do importador, o adquirente, em licitação de mercadoria estrangeira; o depositário de mercadoria sob sua custódia é contribuinte relativamente à mercadoria cuja falta for apurada pela autoridade aduaneira.
- e) lançamento por homologação; decai após 5 (cinco) anos da data do registro da declaração de Importação no SISCOMEX; o valor de transação previsto no Acordo de Valoração Aduaneira não é aplicável quando a alíquota for específica.

02- Considerando que o Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias possui em sua estrutura 6 (seis) Regras Gerais Interpretativas, Notas de Seções e de Capítulos, uma Lista ordenada de posições e de subposições, apresentadas sistematicamente, compreendendo 21 Seções, 96 Capítulos e 1241 posições, subdivididas (exceto 311) em subposições, resultando num total de 5019 grupos de mercadorias, podemos afirmar que ele:

- a) abrange todo o universo de mercadorias, produtos e materiais existentes e por existir no Universo, inclusive a energia elétrica, omitindo mesmo as mercadorias dos Capítulos 77, 98 e 99, sendo assim um sistema racional e completo.
- b) abrange todo o universo de mercadorias, produtos e materiais atualmente existentes no Universo, omitindo todas as mercadorias do Capítulo 77, e por essa razão, é um sistema racional e incompleto.
- c) abrange todo o universo de mercadorias, produtos e materiais existentes inclusive a energia elétrica, e por essa razão é um sistema irracional e completo.

- d) abrange todo o universo de mercadorias, produtos e materiais atualmente existentes no Universo e por essa razão é um sistema racional e completo.
- e) por abranger os produtos de alta sofisticação e complexidade tecnológica, exigindo para sua identificação e codificação a aplicação de regras técnicas, lógicas e legais no processo mental para seu enquadramento no Sistema, empresta caráter subjetivo a essa atividade e, por essa razão, tal sistema é irracional e completo.

03- O tratamento fiscal aplicável na valoração aduaneira das mercadorias objeto de dumping

- a) assemelhando-se a uma importação de mercadorias a um preço inferior aos preços correntes de mercado para mercadorias idênticas, é o da rejeição pelo Fisco do valor declarado.
- b) é o mesmo reservado às mercadorias importadas a um preço inferior aos preços correntes de mercado para mercadorias idênticas, ou seja, o valor declarado deve ser admitido pelo Fisco, sem prejuízo de seu direito à confirmação do valor de transação.
- c) consiste em acrescentar ao valor de transação a parcela correspondente à margem de dumping necessária a tornar o valor de transação igual ao do preço corrente de mercado para mercadorias idênticas.
- d) é o mesmo reservado às mercadorias objeto de subfaturamento, ou seja, a diferença entre o preço corrente de mercado para mercadorias idênticas e o valor de transação deverá ser tributado à alíquota fixada na Tarifa Externa Comum, com aplicação das multas fiscais e administrativas previstas nos artigos 524 e 526, III do Regulamento Aduaneiro.
- e) visto tratar-se o dumping de uma prática desleal no comércio exterior, consiste na rejeição do valor declarado, selecionando-se a mercadoria para o canal cinza de conferência aduaneira e aplicando-se à mercadoria um valor baseado no preço das mercadorias vendidas para exportação para um terceiro país.

- 04- Exercer, prévia ou posteriormente, a fiscalização de preços, pesos, medidas, qualidade e tipos declarados nas operações de importação e de exportação, acompanhar a execução dos acordos internacionais relacionados com o comércio exterior, conceder a aplicação do mecanismo do “drawback”, investigar a ocorrência de “dumping” e subsídios com vistas a estabelecer as medidas de defesa comercial, são algumas das atribuições
- a) da Secretaria da Receita Federal, tendo em vista sua competência constitucional para a fiscalização e controle do comércio exterior, além da pesquisa e fiscalização do valor aduaneiro das mercadorias reprimir as práticas de sub e superfaturamento na importação e na exportação.
 - b) do Ministério das Relações Exteriores, tendo em vista que dumping, subsídios, salvaguardas, valoração aduaneira, Sistema Harmonizado, acordos internacionais de comércio são decorrentes de atos internacionais sob sua competência constitucional.
 - c) da Secretaria de Comércio Exterior, tendo em vista competir a ela, entre outras atribuições, exercer a política de comércio exterior e autorizar as importações e exportações de mercadorias através do mecanismo do licenciamento.
 - d) do Banco Central do Brasil em conjunto com a Secretaria de Comércio Exterior, tendo em vista o controle cambial e administrativo das operações de importação e exportação.
 - e) da Secretaria da Receita Federal e do Banco Central do Brasil, tendo em vista a necessidade de coibir as fraudes cambiais nas operações de comércio exterior, fretes internacionais e conciliação entre os contratos de câmbio, faturas comerciais e conhecimentos de carga.
- 05- O contêiner encerrando em seu interior mercadorias despachadas para consumo de uma só espécie, natureza, tipo etc. (por exemplo, tecidos idênticos) por ocasião da conferência aduaneira
- a) classifica-se em posição específica da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM).
 - b) segue a classificação fiscal da mercadoria nele contida.
 - c) classifica-se de conformidade com a Regra 5-b, para a Interpretação do Sistema Harmonizado.
 - d) não é objeto de classificação fiscal na Declaração de Importação para consumo das mercadorias despachadas.
 - e) classifica-se à parte, porém, em regime isentivo do imposto de importação tendo em vista não pertencer ao consignatário das mercadorias.
- 06- Aplicando-se a Regra Geral para Interpretação do Sistema Harmonizado nº 5 (cinco), é correto afirmar-se que a embalagem de utilização repetida, apresentada com os artigos nela contidos
- a) não segue a classificação das mercadorias, tendo em vista sua utilização repetida.
 - b) segue a classificação das mercadorias tendo em vista ser embalagem de apresentação à autoridade fiscal.
 - c) segue a classificação das mercadorias por ser de uso prolongado.
 - d) não segue a classificação das mercadorias porque não confere às mesmas o seu caráter de essencialidade.
 - e) não segue a classificação das mercadorias porque a ela se aplica o regime de trânsito aduaneiro.

07- As peças sobressalentes que acompanham as máquinas e/ou equipamentos importados sujeitam-se ao tratamento fiscal e administrativo (dados da importação informados no SISCOMEX) a seguir descrito:

- a) são licenciadas separadamente da licença referente às máquinas e/ou equipamentos, sendo classificadas na NCM separadamente, quando com elas despachadas.
- b) são licenciadas conjuntamente com as máquinas e/ou equipamentos, independentemente do valor das mesmas porém classificam-se na posição das máquinas e/ou equipamentos quando o seu peso não ultrapassar 5% (cinco por cento) do peso total da mercadoria licenciada.
- c) desde que detalhadamente descritas e seu valor não ultrapasse 5% (cinco por cento) do valor da máquina e/ou equipamento, podem figurar na mesma licença de importação e no mesmo código da NCM.
- d) sendo detalhadamente descritas, podem figurar na mesma licença de importação das máquinas e/ou equipamentos e no mesmo código da NCM, desde que seu valor, seja qual for, esteja previsto na documentação relativa à importação (fatura, contrato etc.).
- e) é dispensada a descrição detalhada das peças sobressalentes, desde que elas figurem na mesma licença de importação e no mesmo despacho aduaneiro das máquinas e/ou equipamentos, com o mesmo código de Nomenclatura Comum do MERCOSUL- NCM, desde que seu valor não ultrapasse 10% (dez por cento) do valor da máquina e/ou equipamento e esteja previsto na documentação relativa à importação (contrato, fatura, projeto etc.).

08- Os INCOTERMS contêm em seu bojo cláusulas padronizadas que, na essência, resumem, definem e simplificam um contrato internacional de

- a) arrendamento mercantil.
- b) *leasing* operacional.
- c) compra e venda.
- d) importação de serviços.
- e) importação temporária de mercadorias para utilização econômica.

09- Nos INCOTERMS versão 2000, evidenciando contratos de partida (embarque) a correspondência é com

- a) os termos “C” e “F”.
- b) exclusivamente o termo “C”.
- c) exclusivamente o termo “F”.
- d) os termos “E” e “D”.
- e) exclusivamente o termo “D”.

10- Para fins e efeitos tributários, de controle administrativo e licenciamento não-automático das importações, o embarque da mercadoria a ser importada considera-se ocorrido na data da

- a) assinatura do contrato de câmbio.
- b) colocação da mercadoria a bordo do veículo transportador (navio, aeronave ou veículo terrestre), informada pelo transitário.
- c) entrega da mercadoria no porto, aeroporto ou ponto de fronteira do país de exportação, informada pelo depositário.
- d) expedição do conhecimento internacional de embarque, informada pelo emitente.
- e) expedição do manifesto internacional de carga do veículo transportador comprobatório da carga a ser transportada.

11- A importação de mercadoria estrangeira idêntica, em igual quantidade e valor, e que se destine à reposição de outra anteriormente importada que se tenha revelado, após o despacho aduaneiro, defeituosa ou imprestável para o fim a que se destinava, desde que satisfeitas as condições estabelecidas pelo Ministro da Fazenda, configura relativamente ao imposto de importação uma hipótese de

- a) isenção condicionada.
- b) regime suspensivo até o implemento das condições.
- c) não-incidência.
- d) reimportação com não ocorrência do fato gerador.
- e) isenção de natureza objetiva.

- 12- Quando a produção nacional, de matéria-prima e de qualquer produto de base, for insuficiente para atender ao consumo interno, a redução ou isenção do imposto de importação para a importação complementar, conforme o caso, se efetiva por meio do
- a) regime de tributação simplificada (RTS).
 - b) regime de contingenciamento.
 - c) regime suspensivo de tributação condicionado à aquisição complementar no mercado interno.
 - d) regime de salvaguardas mediante o estabelecimento de quotas para a importação.
 - e) regime de acordo de participação do produtor nacional, homologado pelo Departamento de Operações do Comércio Exterior (DECEX).
- 13- Considerando que o regime especial de drawback em uma de suas modalidades é suspensivo de tributação, identifique nas opções abaixo aquela que corresponde ao despacho aduaneiro a ele aplicável na importação.
- a) Despacho de admissão ao regime (DA).
 - b) Despacho de trânsito aduaneiro conjugado com despacho de admissão (DTA/DA).
 - c) Despacho antecipado de importação em drawback (DAI-DRAWBACK).
 - d) Ato concessório do drawback (AC).
 - e) Despacho de importação para consumo (DI).
- 14- O licenciamento não-automático previamente ao embarque das mercadorias no exterior é exigível para as importações
- a) sujeitas à obtenção de cota tarifária amparadas em acordos bilaterais no âmbito da União Européia, excluídas aquelas sujeitas à cota não-tarifária.
 - b) objeto de arrendamento operacional simples e as sujeitas a exame de similaridade.
 - c) a serem submetidas ao regime aduaneiro especial de entreposto aduaneiro na modalidade de não-vinculado.
 - d) objeto de medidas compensatórias em decorrência de subsídios concedidos por governos estrangeiros.
 - e) objeto de obrigatoriedade de transporte em navio ou aeronave de bandeira brasileira.
- 15- No sistema aduaneiro brasileiro a nacionalização de uma mercadoria
- a) é condicionada ao seu despacho para consumo.
 - b) ocorre quando se importa uma mercadoria a título definitivo ou não.
 - c) é condicionada ao prévio pagamento dos tributos ou ao reconhecimento de sua dispensa pela autoridade aduaneira.
 - d) implica a sua importação a título definitivo independente de seu despacho para consumo.
 - e) ocorre para a mercadoria importada a título não-definitivo, no momento em que é submetida a despacho aduaneiro de admissão a um regime especial.
- 16- Conforme as regras de origem aplicáveis aos Estados-Partes do MERCOSUL, adotando exclusivamente o critério do salto tarifário, serão considerados originários do MERCOSUL os produtos em cuja elaboração foram utilizados materiais não originários de seus países membros, quando resultantes de um processo de transformação substancial realizado em seu território, que lhes confira uma nova individualidade caracterizada pelo fato de estarem classificados na Nomenclatura Comum do MERCOSUL
- a) na mesma posição do material cuja função seja preponderante.
 - b) em posição diferente à dos mencionados materiais.
 - c) em subposição diferente à dos mencionados materiais.
 - d) em item diferente ao dos mencionados materiais.
 - e) no mesmo capítulo, porém, em subposição igual e item diferente.

17- Conforme estabelecido no Acordo de Valoração Aduaneira existem 6 (seis) métodos de Valoração Aduaneira nele descritos articuladamente, para as mercadorias importadas que devem ser aplicados

- a) sucessiva e seqüencialmente até chegar ao primeiro na seqüência que permita determinar tal valor independentemente de o importador solicitar a inversão da ordem dos 4º e 5º métodos.
- b) em sua totalidade, elegendo a autoridade fiscal aquele cujo valor aduaneiro se revele mais elevado tendo em vista a função protecionista do imposto de importação.
- c) sucessivamente, porém, não pela ordem, iniciando-se por quaisquer deles, até chegar ao primeiro que permita determinar tal valor, tendo em vista o poder discricionário da autoridade fiscal.
- d) sucessiva e seqüencialmente, até chegar ao terceiro método, e assim prosseguir com os seguintes, salvo se o importador solicitar a inversão da ordem dos métodos 4º e 5º, independentemente da viabilidade da aplicação do 5º método.
- e) sucessiva e seqüencialmente, até chegar ao terceiro método, e assim prosseguir com os seguintes, salvo se o importador solicitar a inversão da ordem dos métodos quarto e quinto, desde que seja possível a aplicação do quinto método na seqüência solicitada.

18- Para efeito de apuração do preço de transferência na importação de bens, o valor expresso em moeda estrangeira será convertido em reais pela taxa de câmbio

- a) de venda, fixada pelo boletim de abertura do Banco Central do Brasil, para a data do desembaraço aduaneiro.
- b) de venda, fixada pelo boletim de abertura do Banco Central do Brasil, para a data do registro da Declaração de Importação no SISCOMEX.
- c) vigente na data da entrada da mercadoria estrangeira no território aduaneiro, constante nos documentos de importação.
- d) fixada pela Coordenação-Geral do Sistema de Tributação com base na média do mercado cambial de venda praticado nos três dias anteriores à data do Comprovante de Importação (CI).

- e) fixada pelo Conselho Monetário Nacional com base na Cotação para venda da respectiva moeda, no dia útil imediatamente anterior à data do desembaraço aduaneiro.

19- O sistema padronizado de troca de mensagens para telecomunicações financeiras interbancárias internacionais, que dispensa sua autenticação por chave (*test key*) possibilitando um melhor controle de transmissão e redução de erros e custos, corresponde a uma

- a) ordem de pagamento via telex.
- b) ordem de pagamento via SWIFT.
- c) ordem de crédito transferível.
- d) ordem de crédito confirmado.
- e) transferência de créditos /débitos recíprocos.

20- Os riscos de não-pagamento de compromissos comerciais internacionais causados por fatores de ordem econômica, política, comercial, má-fé do comprador etc., podem ser minimizados, ou mesmo evitados pelos operadores comerciais ao selecionar o meio de pagamento mais adequado. Nesse sentido, o meio de pagamento através do qual um banco (tomador) assume documentalmente compromisso de pagar ao beneficiário (exportador) identifica-se como uma

- a) cobrança a prazo.
- b) remessa antecipada.
- c) remessa sem saque.
- d) carta de crédito.
- e) *accepted invoice* consularizada.

21- A modalidade de crédito documentário através do qual, na eventualidade de inadimplência ou recusa do comprador (importador), seja formalizada uma garantia bancária internacional, normalmente no valor de 20% (vinte por cento) da operação em favor do vendedor (exportador) como forma de ressarcimento de despesas incorridas pela não-quitação do *Draft at Sight*, é identificada como

- a) *Performance Bond*.
- b) *Refundment Bond*.
- c) *Bid Bond*.
- d) *Revolving Letter of Credit*.
- e) *Back-to-back Credit*.

22- Os créditos tributários originados de contenciosos da área aduaneira, nas zonas primária ou secundária, previamente ao início do despacho aduaneiro, no seu curso, ou após, são exigidos por meio de processos administrativos fiscais que seguem o rito processual geral preconizado pelo Decreto nº 70.235/72 e suas alterações, e também, ritos diferenciados quanto a prazos, recursos, órgãos julgadores ou prestação de garantias. Assim, o rito processual geral (do Decreto nº 70.235/72) se aplica à exigência de créditos tributários originada de

- a) termo de apreensão e guarda fiscal de mercadorias na zona primária.
- b) revisão do despacho aduaneiro de importação.
- c) execução de termos de responsabilidade no qual constam apenas os tributos (II e IPI).
- d) termo de apreensão e guarda fiscal de mercadorias na zona secundária.
- e) processo de destinação de mercadorias apreendidas, na modalidade de licitação.

23- As operações de “SWAP” são definidas como

- a) remessa de moeda de uma praça a outra objetivando auferir lucros advindos das diferenças entre as taxas cambiais.
- b) remessa de divisas através do mercado de câmbio para outro país, com o objetivo de auferir vantagens providas de diferenças nas taxas de juros entre dois países.
- c) compra e venda simultânea de câmbio de uma mesma moeda, com a finalidade de se equilibrar o fluxo cambial, mantendo-se uma posição nivelada (operações casadas).
- d) compra e venda de câmbio pronto contra a simultânea venda ou compra de câmbio futuro, compreendendo quantidades equivalentes de duas moedas diferentes.
- e) compra e venda simultânea de câmbio, feitas na mesma moeda e por igual valor, com finalidade de se regularizar operações cambiais decorrentes de importações, exportações, transações financeiras e conversão em investimentos de créditos não remetidos.

24- O regime de licença prévia na importação, configurando uma restrição quantitativa, pode ser instituído pelos países, sendo tolerado pela Organização Mundial de Comércio (OMC) principalmente

- a) visando selecionar aquelas mercadorias cuja produção interna seja incipiente e de qualidade inferior e, neste sentido, restringindo a importação que seria danosa pela concorrência, promove o desenvolvimento industrial.
- b) visando selecionar aquelas mercadorias tributadas com alíquotas mais elevadas e, assim, incrementando a arrecadação tributária, evita a emissão de moeda e conseqüentemente a inflação, promovendo o desenvolvimento do país.
- c) como medida de proteção à indústria doméstica, e, assim, promovendo o seu desenvolvimento, impedindo ou restringindo a entrada do concorrente estrangeiro.
- d) visando evitar a formação de estoques especulativos de produtos aguardando a cotação no mercado nacional em alta, bem como impedir a importação de mercadorias originárias de países que discriminem as importações de outro país.
- e) como mecanismo de controle cambial exclusivamente para os países com dificuldades em seu balanço de pagamentos, além da necessidade de controlar a entrada de produtos afetos à autorização de órgãos governamentais específicos.

25- Determinada mercadoria, acondicionada em um contêiner estrangeiro, chega ao Porto de Santos procedente da Zona Franca de Colônia (Uruguai), para ser destinada a uma Estação Aduaneira Interior (EADI) em Campinas (SP) em regime de entreposto aduaneiro, em consignação. O regime aduaneiro aplicável à mercadoria e ao contêiner pela autoridade aduaneira no Porto de Santos será o de

- a) trânsito aduaneiro para a mercadoria e para o contêiner.
- b) trânsito aduaneiro para o contêiner e admissão temporária para a mercadoria até a chegada na EADI.
- c) admissão temporária para o contêiner e trânsito aduaneiro para a mercadoria.
- d) entreposto aduaneiro para a mercadoria e trânsito aduaneiro para o contêiner.
- e) entreposto aduaneiro para a mercadoria e admissão temporária para o contêiner.

26- Os regimes aduaneiros especiais típicos se diferenciam do regime aduaneiro geral ou comum, caracterizam-se por serem em regra regimes econômicos ou suspensivos, enfatizam a geração de divisas e de empregos, são aplicados em regra às mercadorias não nacionalizadas, e sua admissão ao regime não se processa através de um despacho aduaneiro de importação para consumo, exceto, neste caso, o regime de

- a) drawback.
- b) entreposto industrial.
- c) entreposto aduaneiro.
- d) admissão temporária com pagamento proporcional dos tributos.
- e) admissão temporária para aperfeiçoamento ativo.

27- No regime aduaneiro especial de admissão temporária

- a) os impostos e penalidades pecuniárias previstos para a hipótese de descumprimento das normas que disciplinam o regime serão consubstanciados em Termo de Responsabilidade.
- b) a parcela dos impostos devida na importação, suspensa em decorrência da aplicação do regime será garantida em Termo de Responsabilidade cuja exigência será objeto de procedimento fiscal administrativo em que se assegure o contraditório e ampla defesa, no caso de inadimplência do beneficiário do regime.
- c) a parcela das penalidades pecuniárias e de outros acréscimos legais devida pelo descumprimento das condições do regime será, após quantificada, objeto de execução administrativa juntamente com os impostos devidos constantes do Termo de Responsabilidade, se não houver recolhimento nos 30 (trinta) dias subsequentes à ciência da notificação fiscal.
- d) a parcela dos impostos devida na importação, suspensa em decorrência da aplicação do regime, será consubstanciada em Termo de Responsabilidade, garantido por fiança ou seguro aduaneiro, que, no caso de descumprimento das condições do regime concedido, será encaminhado à Procuradoria da Fazenda Nacional para inscrição na Dívida Ativa se não comprovado o pagamento no prazo estabelecido e a parcela relativa às penalidades pecuniárias e ajuste de cálculo de tributos devidos será exigida através da lavratura do auto de infração regularmente notificado ao contribuinte.
- e) a parcela relativa às penalidades pecuniárias decorrentes do descumprimento da obrigação tributária principal cuja alíquota prevista para o bem objeto do regime figurar na Tarifa Externa Comum igual a “zero” será calculada aplicando-se o percentual correspondente ao produto de maior alíquota da posição respectiva na TEC e encaminhada à Procuradoria da Fazenda Nacional para o fim de cobrança judicial do título, no caso de inadimplemento do regime.

28- No regime aduaneiro especial de entreposto aduaneiro operado em Estação Aduaneira Interior (EADI)

- a) a nacionalização e o despacho para consumo das mercadorias entrepostadas somente poderão ser feitos pelo consignatário, sendo vedadas operações de industrialização, só admissíveis no regime de entreposto industrial e no RECOF.
- b) a nacionalização da mercadoria deverá ser feita pelo consignatário e o despacho para consumo pelo adquirente da mercadoria entrepostada, permitidas apenas as operações de recondicionamento de equipamento para a produção industrial e beneficiamento.
- c) a mercadoria poderá ser nacionalizada pelo adquirente ou pelo consignatário, e, em seu nome, despachada para consumo ou exportada, permitidas, mediante credenciamento do recinto, as operações de montagem, acondicionamento, reacondicionamento, beneficiamento, recondicionamento de partes e peças e materiais de reposição, manutenção e reparo de aeronaves e embarcações, e transformação, no caso de alimentos para consumo de bordo de aeronaves e embarcações ou destinados à exportação.
- d) as mercadorias importadas em consignação, sem cobertura cambial, e entrepostadas poderão ser objeto de exportação, sendo permitidos apenas os serviços conexos e a unitização e desunitização de volumes.
- e) o permissionário ou concessionário de recinto alfandegado de uso público poderá ser beneficiário do regime de entreposto aduaneiro apenas na importação, relativamente a mercadorias que armazene e, neste caso, são permitidas apenas as operações de embalagem, reembalagem, etiquetagem e marcação dos volumes, não sendo considerado contribuinte do IPI relativamente às operações de industrialização efetuadas.

29- O preço normal determinado legalmente para apuração da base de cálculo do imposto de exportação corresponde

- a) ao preço da mercadoria, ou seu similar fixado periodicamente pelo Conselho Monetário Nacional em pauta de valor mínimo vigente ao tempo da exportação.
- b) ao valor externo da mercadoria, identificado como o preço com que a mesma ou similar é normalmente oferecida à venda no mercado atacadista do país, somado às despesas para sua colocação no ponto de saída (porto, aeroporto ou fronteira terrestre), deduzidos, quando for o caso, os impostos exigíveis para consumo interno e recuperáveis pela exportação.
- c) ao preço que a mercadoria, ou seu similar, alcançaria ao tempo da exportação, em uma venda em condições de livre concorrência no mercado internacional, observadas as normas baixadas pelo Conselho Monetário Nacional.
- d) ao valor de transação, ou seja, o preço efetivamente pago ou a ser pago pelo comprador no exterior.
- e) ao preço nunca inferior a um preço de referência fixado pela Secretaria de Comércio Exterior para a mercadoria a ser exportada sendo o parâmetro utilizado para sua aceitação no SISCOMEX.

30- Alguns autores admitem em tese a existência de um Direito Aduaneiro, apoiando esse posicionamento nos seguintes fatores:

- a) incidência dos impostos de importação, de exportação e sobre produtos industrializados; existência de órgãos especializados de controle e arrecadação (Alfândegas); existência de um Sistema Integrado de Comércio Exterior (SISCOMEX); natureza extra-fiscal do imposto de importação; isenções e reduções tributárias em maior proporção na área aduaneira.
- b) função protecionista do imposto de importação; alíquotas do imposto de importação mais elevadas para os produtos supérfluos; órgãos especializados de fiscalização e controle; rito diferenciado para o julgamento do contencioso tributário aduaneiro (II, IPI, IE e penalidades pecuniárias); afinidade com o Direito Comunitário.
- c) existência de regimes especiais; pagamento antecipado dos impostos de importação e sobre produtos industrializados (II e IPI); os fatos geradores dos tributos incidentes sobre as mercadorias decorrem de operações de comércio exterior; utilização freqüente dos institutos de direito privado (comercial, civil, penal) (art. 109, do CTN).
- d) a precedência da autoridade aduaneira sobre as demais, na zona primária (CF, art. 37, XVIII, DL nº 37/66, art. 35, RA art.10); a competência do Ministério da Fazenda, através das Alfândegas da Receita Federal para a fiscalização e o controle sobre o comércio exterior (CF art. 237); a importância dos tributos aduaneiros como instrumento do desenvolvimento industrial do País e da manutenção das reservas cambiais; alto grau de discricionariedade dos órgãos aduaneiros.
- e) o intervencionismo estatal no intercâmbio comercial internacional; o complexo de relações jurídicas conseqüentes das relações comerciais internacionais; princípios e institutos específicos (exações aduaneiras de competência exclusiva do Poder Central, controle aduaneiro sobre todas as mercadorias intercambiadas com o exterior; regimes aduaneiros especiais e atípicos etc.); especificidade (origem consuetudinária, técnica específica, acelerado dinamismo, importância do fator econômico, preponderância dos tratados internacionais).

RELAÇÕES ECONÔMICAS INTERNACIONAIS

31- Sobre uma mercadoria que foi reimportada é correto afirmar que:

- a) tendo sido importada pelo país A, foi exportada para um outro país, que não o de origem da mercadoria, sem ter sofrido qualquer transformação.
- b) tendo sido produzida no país A, foi exportada ao país B, tendo, em seguida, sido importada deste por um terceiro país.
- c) tendo sido produzida no país A, foi exportada ao país B, onde sofreu transformação.
- d) tendo sido importada pelo país A, nele sofreu transformação e foi, em seguida, exportada para um segundo país.
- e) tendo sido produzida no país A, foi exportada para o país B onde sofreu transformação, após o que retornou ao país de origem.

32- Segundo a teoria clássica do comércio internacional, na concepção de David Ricardo, o comércio entre dois países é mutuamente benéfico quando:

- a) cada país especializa-se na produção de bens nos quais possa empregar a menor quantidade de trabalho possível, independentemente das condições de produção e do preço dos mesmos bens no outro país, o que permitirá a ambos auferir maiores lucros com a exportação do que com a venda daqueles bens nos respectivos mercados internos.
- b) intercambiam-se bens em cuja produção sejam empregadas as mesmas quantidades de trabalho, o que lhes permite auferir ganhos em virtude de diferenças, entre esses mesmos países, na dotação dos demais fatores de produção.
- c) ambos países produzem os bens necessários para o abastecimento de seus respectivos mercados, obtendo lucros adicionais com a exportação dos excedentes gerados.
- d) cada país especializa-se na produção daqueles bens em que possua vantagem relativa, importando do outro aqueles bens para os quais o custo de oportunidade de produção interna seja relativamente maior.
- e) a capacidade relativa de produção entre ambos países for semelhante, o que os leva a procurar obter vantagens absolutas e assim obter ganhos com o comércio mediante a exportação dos excedentes de produção.

33- De acordo com a moderna teoria do comércio internacional, segundo o modelo Heckscher-Ohlin,

- a) os padrões de especialização e de comércio entre os países resultam de diferenças entre os preços praticados domesticamente e aqueles praticados internacionalmente.
- b) os países tenderão a produzir e exportar bens cuja produção seja intensiva no fator produtivo mais abundante em suas respectivas economias.
- c) os países tenderão a concentrar-se na produção e exportação de bens cujos custos de produção, definidos pela remuneração dos fatores de produção, sejam menores.
- d) a produtividade da mão-de-obra determina os padrões de especialização e as possibilidades de comércio entre os países.
- e) a disponibilidade dos fatores de produção não exerce influência significativa sobre o padrão de comércio entre os países uma vez que a mobilidade dos mesmos equilibra as condições de produção internacionalmente.

34- O comércio de bens manufaturados vem crescendo significativamente desde a Segunda Guerra Mundial, inclusive com crescente participação de países em desenvolvimento. Entre os fatores que têm concorrido para a expansão do comércio de bens industrializados encontram-se:

- a) os investimentos diretos, a internacionalização da produção e o comércio intra-firmas.
- b) a concentração da produção, da geração de tecnologias e da renda nos países desenvolvidos.
- c) o menor custo da mão-de-obra, a maior oferta de matérias-primas e a concentração de investimentos diretos nos países emergentes.
- d) as disparidades de renda e as diferenças quanto à estrutura da demanda entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento.
- e) a diminuição da demanda por *commodities* no mercado mundial, a disseminação de tecnologias aplicadas e a atuação das empresas transnacionais.

35- Com relação às práticas protecionistas, tal como observadas nas últimas cinco décadas, é correto afirmar-se que:

- a) assumiram expressão preponderantemente não-tarifária à medida que, por força de compromissos multilaterais, de acordos regionais e de iniciativas unilaterais, reduziram-se as barreiras tarifárias.
- b) voltaram a assumir expressão preponderantemente tarifária em razão de compromisso assumido no âmbito do Acordo Geral de Comércio e Tarifas (GATT)) de tarifificar barreiras não-tarifárias, com vistas à progressiva redução e eliminação futura das mesmas.
- c) encontram amparo na normativa da Organização Mundial do Comércio (OMC), quando justificadas pela necessidade de corrigir falhas de mercado, proteger indústrias nascentes, responder a práticas desleais de comércio e corrigir desequilíbrios comerciais.
- d) recrudesceram particularmente entre os países da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), na segunda metade dos anos noventa, em razão da desaceleração das taxas de crescimento de suas economias.
- e) deslocaram-se do campo estritamente comercial para vincularem-se a outras áreas temáticas como meio ambiente, direitos humanos e investimentos.

36- Sobre direitos compensatórios é correto afirmar-se que:

- a) objetivam corrigir danos causados à produção doméstica pelo aumento súbito de importações.
- b) são aplicados pelo país importador quando comprovada a prática de dumping pelo país exportador e após estimado o dano causado à indústria doméstica.
- c) são aplicados pelo país exportador para corrigir danos causados por medidas restritivas e outras práticas desleais de comércio impostas pelo país importador sempre que caracterizado o dano à produção nacional deste último.
- d) associam-se à neutralização de medidas restritivas ao comércio como normas sanitárias, barreiras técnicas e regras de origem quando não compatíveis com acordos multilaterais.
- e) envolvem a aplicação, pelo país importador, de gravames às importações com o propósito de neutralizar efeitos distorcivos sobre o comércio decorrentes de medidas de apoio às exportações implementadas no país de que procedem e que ferem a normativa multilateral.

37- Quando vinculados às exportações, os subsídios distorcem as condições de concorrência internacional, o que, de acordo com a normas da Organização Mundial de Comércio (OMC), faculta ao país afetado adotar medidas restritivas. Tais medidas são denominadas:

- a) medidas anti-dumping
- b) salvaguardas
- c) barreiras não-tarifárias
- d) medidas compensatórias
- e) medidas suspensivas

38- A literatura econômica afirma, com base em argumentos teóricos e empíricos, que o comércio internacional confere importantes estímulos ao crescimento econômico. Entre os fatores que explicam o efeito positivo do comércio sobre o crescimento destacam-se:

- a) a crescente importância dos setores exportadores na formação do Produto Interno dos países; as pressões em favor da estabilidade cambial e monetária que provêm do comércio; e o aumento da demanda agregada sobre a renda.
- b) a melhor eficiência alocativa propiciada pelas trocas internacionais; a substituição de importações; e a conseqüente geração de superávits comerciais.
- c) a crescente importância das exportações para o Produto Interno dos países; a importância das importações para o aumento da competitividade; e o melhor aproveitamento de economias de escala.
- d) os efeitos sobre o emprego e sobre a renda decorrentes do aumento da demanda agregada; e o estímulo à obtenção de saldos comerciais positivos.
- e) a ampliação de mercados; os deslocamentos produtivos; e o equilíbrio das taxas de juros e dos preços que o comércio induz.

39- O sistema multilateral de comércio, conformato pela Organização Mundial de Comércio (OMC), está amparado em um conjunto de acordos em que se definem normas e compromissos dos países quanto à progressiva liberalização do comércio internacional. Sobre tais acordos, é correto afirmar-se que:

- a) abrangem o comércio de bens e de serviços e compromissos relacionados a investimentos.
- b) abrangem o comércio de bens e de serviços e compromissos em matéria de propriedade intelectual.
- c) são conhecidos como Acordos Plurilaterais, por envolver a totalidade dos membros da OMC e abrangem o comércio de bens e de serviços.
- d) embora conhecidos como Acordos Plurilaterais, não são necessariamente firmados por todos os membros da OMC.
- e) são conhecidos como Acordos Plurilaterais e abrangem o comércio de bens, serviços e compromissos em matéria de propriedade intelectual.

40- Sobre a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), é correto afirmar que:

- a) é uma conferência convocada a cada quatro anos pela Assembléia Geral das Nações Unidas, assistida por todos os seus membros, para discutir questões relacionadas ao comércio e aos investimentos sob a perspectiva dos interesses dos países em desenvolvimento.
- b) é um fórum constituído pelos países da Organização Econômica de Cooperação e Desenvolvimento (OECD) no âmbito da Assembléia Geral das Nações Unidas para coordenar políticas relacionadas ao comércio com os países em desenvolvimento.
- c) é um organismo intergovernamental vinculado à Assembléia Geral das Nações Unidas voltada para o tratamento de questões relacionadas à promoção do desenvolvimento econômico e seus vínculos com o comércio, as finanças e os investimentos internacionais.
- d) é uma conferência de caráter permanente integrada pelos países membro da Organização das Nações Unidas com o propósito de discutir questões comerciais e os entraves ao desenvolvimento dos países de menor desenvolvimento relativo.
- e) é um fórum permanente de consulta e de negociações comerciais, constituído por países em desenvolvimento no contexto da Assembléia Geral das Nações Unidas.

41- Na Organização Mundial do Comércio (OMC), o tratamento de temas relativos à simplificação de trâmites aduaneiros ocorre no âmbito das negociações sobre:

- a) obstáculos técnicos ao comércio.
- b) acesso a mercados.
- c) medidas de facilitação de comércio.
- d) subvenções e direitos compensatórios.
- e) defesa da concorrência.

42- Segundo as teorias de integração econômica, a liberalização do comércio entre um número restrito de países produz efeitos comerciais e econômicos que permitem avaliar o desempenho, desde o ponto de vista da eficiência econômica, dos acordos regionais. A esse respeito, é correto afirmar que a integração regional é economicamente benéfica se:

- a) preponderar o desvio de comércio e os efeitos estáticos.
- b) os efeitos estáticos suplantarem os efeitos dinâmicos.
- c) ocorrerem efeitos dinâmicos, independentemente dos efeitos sobre o comércio.
- d) prevalecer a criação sobre o desvio de comércio e ocorrerem efeitos dinâmicos.
- e) houver criação de comércio somente.

43- A Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) foi estabelecida em 1980, sucedendo à Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC). Ao longo de pouco mais de duas décadas de funcionamento, a ALADI logrou estabelecer:

- a) uma área de preferências tarifárias alcançando a totalidade dos países-membro.
- b) uma área de livre comércio que alcança apenas o comércio de bens e da qual participam todos os países-membro.
- c) uma união aduaneira da qual participam todos os países-membro, exceto Cuba.
- d) um mercado comum com várias disciplinas ainda por serem aperfeiçoadas, do qual tomam parte apenas os países que integram iniciativas sub-regionais de integração, a exemplo do Mercado Comum do Sul (Mercosul)
- e) uma união econômica que envolve apenas os países de maior desenvolvimento relativo pertencentes à Associação.

44- A partir de dezembro de 1994, o Mercado Comum do Sul (Mercosul) instituiu uma área de livre comércio e uma união aduaneira que ainda carecem de aperfeiçoamento. São medidas necessárias para tal fim:

- a) eliminar barreiras não-tarifárias ainda existentes, promover a liberalização dos fluxos de capital e de serviços e coordenar políticas macroeconômicas.
- b) aplicar integralmente o Programa de Liberalização Comercial, estabelecer regras de origem e incorporar produtos mantidos em listas de exceções à Tarifa Externa Comum.
- c) aperfeiçoar o sistema de salvaguardas intra-Mercosul, implementar um regime de compras governamentais e introduzir mecanismo de salvaguardas comerciais.
- d) liberalizar o comércio de serviços, coordenar políticas macroeconômicas e estabelecer a livre circulação de capital e mão-de-obra.
- e) eliminar barreiras não-tarifárias ainda existentes, promover a liberalização do comércio de serviços e a incorporar à tarifa externa comum produtos mantidos à margem da mesma.

45- O Mercado Comum do Sul e a Comunidade Andina (CAN) estão negociando a formação de uma área de livre comércio entre ambos blocos sub-regionais. Se comparada ao Mercosul, é correto afirmar sobre a Comunidade Andina que:

- a) possui objetivos diferentes, alcançou nível de integração comercial mais profundo e seu arcabouço institucional é mais avançado.
- b) possui objetivos diferentes, alcançou nível de integração comercial menos profundo e seu arcabouço institucional é menos avançado.
- c) seus objetivos, o nível de integração comercial alcançado e seu arcabouço institucional são semelhantes.
- d) possui objetivos semelhantes, alcançou o mesmo nível de integração econômica e possui arcabouço institucional mais avançado.
- e) possui objetivos semelhantes, alcançou nível de integração econômica mais profundo e possui arcabouço institucional mais avançado.

46- O registro da venda de uma mercadoria ao exterior é registrada no balanço de pagamentos:

- a) com o valor FOB (*free on board*) como crédito na rubrica *Mercadorias* da conta de transações correntes e o mesmo valor como débito na rubrica *Longo Prazo* da conta de capitais.
- b) com o valor FOB (*free on board*) como débito na rubrica *Mercadorias* da conta de transações correntes e como crédito na rubrica *Longo Prazo* conta de capitais.
- c) com o valor CIF (*cost, insurance and freight*) como crédito na rubrica *Mercadorias* da conta de transações correntes e o valor FOB (*free on board*) como débito na rubrica *Curto Prazo* conta de capitais.
- d) com o valor CIF (*cost, insurance and freight*) como débito na rubrica *Mercadorias* da conta de transações correntes e o mesmo valor como crédito na rubrica *Longo Prazo* da conta de capitais.
- e) com valor FOB (*free on board*) como crédito na rubrica *Mercadorias* da conta de transações correntes e como débito na rubrica *Curto Prazo* da conta de capitais.

47- No balanço de pagamentos brasileiro, as rendas auferidas com a realização de investimentos e com a remuneração de empréstimos e aplicações financeiras no exterior são registradas:

- a) com sinal positivo na rubrica *Serviços* da conta de transações correntes.
- b) com sinal negativo na rubrica de operações de longo prazo da conta de capitais.
- c) com sinal positivo na rubrica transferências unilaterais da conta de transações correntes.
- d) com sinal positivo na rubrica de operações de curto prazo da conta de capitais.
- e) com sinal negativo na rubrica de operações de curto prazo da conta de capitais.

48- Sob o padrão ouro, o ajuste do balanço de pagamentos procedia-se:

- a) de forma automática, mediante o aumento da oferta monetária quando da diminuição das reservas de ouro ocasionada pelo aumento das exportações.
- b) de forma automática, mediante a contração da base monetária quando do aumento das reservas de ouro ocasionado pelo crescimento das exportações e dos preços.
- c) por meio de correções regulares do valor do câmbio definidas segundo o comportamento da balança comercial.
- d) de forma automática, em decorrência das transferências de ouro e dos impactos destas sobre a oferta monetária, os preços e o poder de concorrência.
- e) por meio de correções regulares do valor da moeda determinadas em função do comportamento dos preços no mercado doméstico e da balança comercial.

49- A moeda cumpre funções essenciais ao funcionamento das economias. Entre essas, destacam-se:

- a) evitar riscos financeiros, intermediar transações comerciais e financeiras e nominar preços de bens, serviços e de outros ativos financeiros.
- b) servir como meio de pagamento, servir como unidade de conta e como reserva de valor.
- c) prover lastro a outros ativos, nominar preços de bens e serviços e intermediar transações comerciais e financeiras.
- d) servir como reserva de valor, prover poder de compra e lastrear outros ativos monetários e financeiros.
- e) assegurar a liquidez de outros ativos financeiros, servir como meio de pagamento e fornecer parâmetro para a determinação do valor de bens, serviços e de outros ativos monetários.

50- A operação cambial que possibilita aos investidores protegerem-se, por tempo determinado, de eventuais perdas ocasionadas por variações do câmbio, e também empregada para obter recursos em moeda estrangeira a serem usados para financiar exportações, realizar aplicações ou investimentos, envolvendo a compra ou venda de câmbio pronto contra a compra ou venda simultânea de câmbio futuro denomina-se:

- a) *swap*
- b) *dual pricing*
- c) arbitragem de dois pontos
- d) especulação cambial
- e) arbitragem de três pontos

51- Em um regime de câmbio flutuante, a formação da taxa de câmbio responde a diferentes fatores relacionados ao funcionamento das economias nacionais e da economia internacional. Entre esses fatores, incidem de forma direta na formação da taxa de câmbio:

- a) a relação entre os preços domésticos e as taxas de juros internacionais.
- b) a relação entre a demanda monetária agregada e o nível de reservas internacionais do país.
- c) a oferta monetária do país, a relação entre a oferta e a demanda por moeda estrangeira e a relação entre taxas de juros domésticas e taxas de juros internacionais.
- d) o produto interno, a oferta monetária doméstica e a demanda externa pela moeda nacional.
- e) os desequilíbrios da conta de transações correntes e o comportamento da produção e das taxas de juros no mercado doméstico.

52- Sobre variações das taxas de câmbio no contexto do sistema de Bretton Woods é correto afirmar-se que:

- a) resultavam de alterações do valor do dólar norte-americano associadas aos níveis das reservas de ouro do Tesouro dos Estados Unidos.
- b) eram permitidas em margens muito estreitas e associavam-se aos pontos do ouro, tal como praticadas anteriormente sob o padrão-ouro, e à eventual necessidade de correção de graves desequilíbrios nas contas externas.
- c) ocorriam automaticamente quando se alterava a paridade do poder de compra entre quaisquer pares de moedas.
- d) não eram permitidas, uma vez que o valor das moedas estava definido em termos de uma quantidade de dólar norte-americano e o valor deste correspondia a uma quantia fixa de ouro, o que propiciou estabilidade cambial até a ruptura do sistema no início dos anos setenta.
- e) ocorriam em razão da relação entre taxas de juros e preços internos, de um lado, e as taxas de juros internacionais e a inflação mundial, de outro, permitindo o ajuste automático entre os setores interno e externo das economias.

53- Na Argentina, o abandono do regime cambial praticado ao longo dos anos noventa e as medidas no campo financeiro que se seguiram produziram graves problemas econômicos, entre os quais:

- a) déficits comerciais, evasão de divisas e a falência do sistema financeiro.
- b) retração da demanda por dólares norte-americanos, apreciação cambial e aumento da inflação.
- c) déficits comerciais, falta de liquidez no sistema financeiro e aumento dos preços.
- d) aumento da demanda por dólares norte-americanos, acentuada depreciação do câmbio e forte aumento da inflação.
- e) acentuada queda da receita das exportações, aumento da inflação e aprofundamento da recessão econômica.

54- O exame da evolução e das tendências da economia mundial, das políticas relacionadas aos acordos regionais e do funcionamento das economias nacionais constitui atividade que o Fundo Monetário Internacional (FMI) desenvolve fundamentalmente com o objetivo de:

- a) definir critérios e condições para a concessão de empréstimos aos países-membro e estabelecer diretrizes de política econômica que os mesmos devam seguir para corrigir desequilíbrios do balanço de pagamentos.
- b) prestar assistência financeira e técnica aos países-membro na implementação de reformas econômicas e no fortalecimento do sistema financeiro.
- c) supervisionar o funcionamento da economia mundial e prestar assessoria aos países-membro em matéria de políticas econômicas.
- d) propor aos governos dos países-membro medidas de ajuste interno que facilitem a correção de desequilíbrios da balança comercial.
- e) coordenar ações com os governos dos países-membro para o enfrentamento conjunto de crises no sistema financeiro internacional e dos ciclos recessivos de alcance global, regional e nacional.

55- A atividade bancária internacional aumentou expressivamente nas últimas décadas, contribuindo para tornar o sistema financeiro cada vez mais complexo e diversificado. Sobre as atividades e a atuação dos bancos no contexto do sistema financeiro privado é correto afirmar-se que:

- a) observa-se crescente segmentação e diferenciação de atividades e do espaço de atuação entre bancos comerciais e bancos de investimento.
- b) observa-se que as atividades dos bancos de investimento tornaram-se mais restritas face ao advento dos bancos múltiplos que passaram a atuar na subscrição de títulos, ações e de instrumentos de dívida.
- c) face à impossibilidade de atuarem internacionalmente no segmento próprio dos bancos de investimentos, os bancos comerciais viram-se forçados a buscar economias de escala mediante um intenso processo de fusões e aquisições para manterem-se competitivos em escala global.
- d) a maior participação dos bancos de investimentos na negociação de divisas, principalmente de euromoedas, foi um desdobramento de sua atuação no financiamento de exportações e de importações e na montagem de empréstimos envolvendo euromoedas.
- e) a corretagem envolvendo euromoedas, a montagem e a participação em empréstimos consorciados e a criação e negociação de novos instrumentos financeiros tornaram-se, por sua especificidade, atividades exclusivas dos bancos comerciais.

56- O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) é uma instituição regional que provê recursos para o financiamento de projetos de desenvolvimento na América Latina e no Caribe. São aptos a receber recursos do BID, sob a forma de empréstimos e assistência técnica:

- a) governos nos diferentes níveis, instituições públicas autônomas, organizações da sociedade civil com aval do governo, empresas privadas e outros bancos e organismos regionais latino-americanos de financiamento do desenvolvimento.
- b) somente governos nos diferentes níveis e instituições públicas autônomas.
- c) governos nos diferentes níveis, organizações da sociedade civil, empresas privadas e bancos comerciais e de investimento atuando na América Latina e no Caribe.

- d) somente instituições públicas autônomas, organizações da sociedade civil com aval do governo e outros organismos regionais latino-americanos de financiamento do desenvolvimento.
- e) governos nos diferentes níveis, organizações da sociedade civil e bancos comerciais e de investimento atuando na América Latina e no Caribe.

57- Sobre o Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento (BERD), é correto afirmar que:

- a) foi criado após a Segunda Guerra Mundial para auxiliar os países da Europa Ocidental e Central que foram devastados pela guerra.
- b) foi criado em seguida à Segunda Guerra Mundial e representou, ao lado do Fundo Monetário Internacional e do Acordo Geral sobre Comércio e Tarifas (GATT), um dos pilares fundamentais do Sistema de Bretton Woods.
- c) foi criado para apoiar o desenvolvimento dos países que se tornaram independentes com o desmoronamento da ex-União Soviética e com a divisão da ex-Iugoslávia e da ex-Tecoslováquia.
- d) é instituição europeia criada no final dos anos sessenta para apoiar e estimular laços econômicos entre os países da Europa Ocidental e suas ex-colônias na África e na América Latina.
- e) foi criado para auxiliar os países da Europa Central e Oriental em sua transição para economias de mercado no início dos anos noventa.

58- A volatilidade dos capitais tem sido apontada como um dos principais fatores a explicar as crises financeiras que vêm ocorrendo regularmente, em diferentes partes do mundo, desde meados dos anos noventa. Entre as dificuldades de ordem econômica induzidas pelos capitais voláteis estão:

- a) alta dos preços e pressões sobre o câmbio.
- b) depreciação do valor dos títulos oficiais e aumento da dívida externa.
- c) instabilidade cambial e maiores oscilações dos preços de ativos financeiros.
- d) desaceleração econômica e aumento da dívida externa.
- e) retração dos investimentos e aumento do déficit público.

59- Sobre a natureza e o papel das alfândegas no comércio internacional, é correto afirmar que:

- a) são autarquias que zelam pela observância das leis e regulamentos comerciais, particularmente no que concerne ao recolhimento de tributos federais aplicáveis à entrada, à saída e à movimentação de bens no território aduaneiro.
- b) estão vinculadas aos governos e são responsáveis pela arrecadação dos direitos e taxas que incidem sobre as exportações e importações, bem como pela administração de leis e regulamentos relativos à importação, ao trânsito e à exportação de mercadorias.
- c) são instituições governamentais responsáveis pelo recolhimento de tributos que incidem sobre a circulação de bens no território aduaneiro.
- d) são repartições vinculadas aos órgãos governamentais que zelam pela segurança de instalações portuárias e das áreas de passo fronteiriço.
- e) são órgãos governamentais responsáveis pela fiscalização da entrada, saída e movimentação de cargas e de pessoas estrangeiras no território aduaneiro e pela arrecadação de tributos e taxas federais e estaduais.

60- O funcionamento do mercado de capitais está, em grande medida, relacionado às atividades das bolsas de valores que, no caso brasileiro, são definidas como:

- a) instituições financeiras credenciadas pelo Banco Central e habilitadas a negociar valores mobiliários e a prestar serviços a investidores e empresas nesse ramo de atividade.
- b) associações sem fins lucrativos, que atuam por delegação do poder público, e que oferecem mercado para a cotação e a negociação de títulos ou ações.
- c) instituições públicas encarregadas de fiscalizar e promover o mercado de valores mobiliários.
- d) instituições financeiras credenciadas pelo Banco Central e responsáveis pelas operações de compra e venda de valores mobiliários por investidores, corretores e outros.
- e) associações sem fins lucrativos que atuam por delegação do Banco Central na intermediação de operações de compra e venda de valores mobiliários e na prestação de serviços a investidores e empresas nesse campo.